

## **EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: O LADO OCULTO DAS DISPENSAS**

POSSEBON, Mônica<sup>1</sup>; CAUDURO, Maria Teresa<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Atualmente, entre os vários estudos e debates, relacionados à Educação Física escolar, a questão das aulas, em especial no ensino médio tem tomado boa parte das atenções e gerado muitas reflexões. Autores como, (Darido et all. 1999; Galvão, 1993; Lacks, 1993) revelam que nos últimos anos têm-se observado que o número de alunos que se desobrigam da frequência às aulas, através de pedidos de dispensa, tem aumentado. Hoje pode-se assegurar que o número de reais participantes, em relação ao número de alunos matriculados, é bastante pequeno para um componente curricular que se diz obrigatório por lei. Acredita-se que existem outras evidências, para além dos dispositivos legais, que fazem com que ocorra um esvaziamento das aulas de Educação Física. O presente estudo objetiva conhecer as evidências que levam os alunos a solicitarem a dispensa das aulas de Educação Física no Ensino Médio. A metodologia utilizada baseou-se no paradigma interpretativo, qualitativo com estudo de caso. Os resultados das análises interpretativas procedentes das cinco grandes categorias levantadas e do problema investigado proporcionaram algumas evidências significativas acerca das Dispensas das aulas de Educação Física no Ensino Médio.: Assim como, rever o papel da Educação Física na escola.

**UNTERMOS:** Ensino Médio, Dispensa em Educação Física.

---

---

<sup>1</sup> Ms. do PPGCMH/CEFD/UFSM.

<sup>2</sup> Profª. Drª. Centro Universitário FEEVALE

## PHYSICAL EDUCATION IN THE HIGH SCHOOL: THE OCCULT SIDE OF THE DISMISSALS

### ABSTRACT

Actually, between the several studies and debates, related to the school Physical Education, the subject of the classes, especially in the high school it has been taking good part of the attentions and generated a lot of reflections. Authors as, (Darido et al., 1999; Galvão, 1993; Lacks, 1993) reveal that in the last years they have been observing that the number of students that are released from attendance to the classes, through dismissal requests, it has been increasing. Today it can make sure that the real number of participant, in relation to the number of students enrolled, is quite small for a component curricular that is said obligatory in accord law. It is believed that exist other evidence, besides the legal devices, that has to do with that happens an emptying of Physical Education classes. The present study objectifies to know the evidences that lead the students to request the dismissal of Physical Education classes in High School. The methodology used based on the qualitative interpretative paradigm, was used a case study. The results of the interpretative analyses coming from the five big categories and from the investigated problems provided some significant evidences concerning the Dismissals of Physical Education classes in High School. As well as, review the role of the Physical Education in the school.

**UNTERMS:** High School, Dismissals of Physical Education

### INTRODUÇÃO

Atualmente, entre os vários estudos e debates, de autores como, (Darido et al., 1999; Galvão, 1993; Lacks, 1993) relacionados à Educação Física como componente curricular, a questão das aulas, em especial no Ensino Médio, tem tomado boa parte das atenções e gerado muitas reflexões. Apesar de a Educação Física estar prevista pela atual LDB como componente curricular esta mesma legislação descarta a "obrigatoriedade" das aulas de Educação Física em determinados casos, expressa na Lei 6503/77. Algumas evidências apontam uma redução do número de alunos praticantes das aulas de Educação Física e, conseqüentemente, aumento do número de pedidos de dispensa. A experiência tem mostrado que, apesar dessas dispensas serem facultativas por lei, muitos alunos exibem atestados nem sempre verdadeiros para se desobrigar da frequência às aulas, enquanto outros alegam motivos que não constam no rol das dispensas autorizadas por lei.

Esses fatos chocam-se com a atual mentalidade social, que promove intenso culto ao corpo, por meio da prática dos mais variados tipos de exercícios físicos, por pessoas de todas as idades.

De uma forma geral, o declínio da Educação Física escolar reflete uma tendência global, apontada por vários autores, entre eles, (Betti, 1991; Oliveira, 1985; Medina, 1983), os quais observam que a maioria dos requerimentos formais de Educação Física não são cumpridos e que a maioria dos professores não se encontra preparada para trabalhar com esse nível de ensino onde o prestígio desta disciplina encontra-se em baixa. Todos os fatos apresentados têm colaborado para que a Educação Física escolar não seja um componente curricular tão importante quanto os outros.

Cabe salientar que essas dispensas permitem que muitos alunos substituam a Educação Física escolar pela prática de esportes ou outras atividades físicas em academias, clubes, associações, etc., fazendo com que esta se torne desacreditada e desnecessária dentro do contexto escolar. Isso vem comprovar o quão limitado é o sistema escolar em relação ao cumprimento da legislação (Lei 9394/96), pois cada escola e cada professor estabelecem critérios, para autorizar a dispensa, de tal forma a caracterizar um ato fictício, e tudo isso de acordo com a legislação que oportuniza as dispensas, ocasionando grandes prejuízos na formação do adolescente. Situação esta, que são reflexos sociais graves em função das mudanças sócio-econômicas a que está submetida a sociedade, como o desemprego, o aumento da violência e a desagregação familiar.

Pouco se considera que os alunos são oriundos de um determinado contexto social e cultural, com bagagens e saberes diferentes, que são adolescentes em busca de identidade e vivendo uma fase de suas vidas que não diz respeito somente aos componentes biológicos, mas também aos psicossociais.

Este comportamento é, em parte, consequência da atuação dos professores, que trazem em sua própria herança cultural, uma formação marcada por um paradigma positivista, que privilegia as questões técnicas e objetivas, desconsiderando as questões intersubjetivas da classe, resultando em falta de gosto e prazer pelas aulas de Educação Física escolar. Cabe também salientar que ainda não se conseguiu explicitar a importância deste componente curricular, uma vez que não há a elaboração e hierarquização de seus objetivos, assim como determinar esses objetivos e sua relação clara com os objetivos da escolarização. Isto é fundamental para que a Educação Física possa organizar os conhecimentos que devem ser aprendidos em suas aulas, e se consolidar na escola.

## **OBJETIVO DO ESTUDO**

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de descrever, interpretar e compreender, através da fala dos alunos, professores e diretor, em seu cotidiano escolar as evidências,

fatores ou influências que determinam os pedidos de dispensa das aulas do componente curricular Educação Física, junto ao ensino médio.

## DECISÕES METODOLÓGICAS

A questão central do estudo e a leitura de temas metodológicos induziram a se delinear uma pesquisa de caráter qualitativo, pois considera-se que esse viés oferece maior liberdade para reflexão no tipo de análise estabelecida pela investigação. Optou-se pela metodologia qualitativa interpretativa e o estudo de caso como uma estratégia de desenho da investigação.

O paradigma interpretativo, também é chamado de humanista, qualitativo, naturalista, fenomenológico e etnográfico, que segundo a concepção de Arnal et al (1992, p. 41), enfatiza a compreensão e interpretação da realidade educativa desde os significados das pessoas implicadas nos contextos educativos: estuda suas crenças, intenções, motivações e outras características do processo educativo não observáveis diretamente nem suscetíveis de experimentação.

Neste tipo de investigação interpretativa, quaisquer fatos, informações ou dados, por menores que sejam, devem ser considerados importantes, pois podem resolver ou reconstruir o caso estudado, portanto, o conhecimento popular, dentro da investigação qualitativa, interpretativa tem papel fundamental. Segundo Popper (1977), Bunge (1985), Sarramona (1980) Y Perez Juste (1981), citados por Cauduro (1998), entende-se como conhecimento popular, o conhecimento completo, este encontra-se pronto para sua utilização imediata, uma vez que corresponde à propriedade comum da cultura, por constituir um conjunto de previsões certas, que todo o mundo deveria saber sobre atividades cotidianas e básicas da vida diária.

Segundo Anguera (1987), citado por Pérez Serrano (1994), o estudo de caso implica em um exame intensivo e profundo de diversos aspectos de um fenômeno específico, como um programa, um evento, uma pessoa, um processo, uma instituição ou um grupo social. Tem como objetivo básico, a compreensão, o significado de uma experiência. É um método apropriado para investigação de pequena escala e um marco limitado de tempo, de espaço e de recursos. Segue uma via indutiva: as categorias, explicações e interpretações elaboram-se a partir dos dados coletados e não de teorias prévias, como no caso do paradigma positivista. Neste sentido, escolheu-se o estudo de caso único, indutivo e interpretativo.

Para Molina (1999), uma grande vantagem de um estudo de caso qualitativo é o fato desse conectar-se rapidamente com a realidade, ou seja, possibilitar mais a interação teoria-prática e, por isso, afastar mais os riscos de simplificação (p.99). Esse método permite a possibilidade de analisar, de compreender e aprofundar os fenômenos, tal como

vivem na realidade os professores, os alunos e a própria dinâmica de participação dos pais e da comunidade.

### **Escolha da Escola e participantes a serem pesquisados**

A opção pela escola pública deu-se em função da gratuidade do ensino e um maior grau de autonomia pedagógica dos professores. Como critérios para a seleção da Escola Estadual de Ensino Médio, destaca-se: pertencer à rede pública estadual de ensino; atender exclusivamente alunos de Ensino Médio; apresentar elevado índice de alunos dispensados; possuir 6 professores de Educação Física para enriquecer o estudo; facilitação do acesso à realização do estudo, o qual, acredita-se ser um critério fundamental para a concretização da pesquisa.

Sobre a população a ser investigada, (Minayo 1996, p.129), expõe que os participantes são escolhidos a partir de um determinado grupo, cujas idéias e opiniões são de interesse da pesquisa; neste sentido, foram selecionados, além dos alunos dispensados, todos os professores de Educação Física atuantes na escola em questão, bem como o diretor da escola.

Ainda conforme (Minayo 1996, p.46), "a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir uma representatividade. A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões". Partindo desta perspectiva e considerando que os estudos de cunho qualitativo devem ser desenhados de forma que os participantes sejam voluntários, fizeram parte deste estudo, os alunos que se dispuseram voluntariamente a conceder entrevista. Assim, o universo de alunos dispensados, trinta e quatro foram entrevistados.

### **Obtenção da informação**

#### **Entrevista**

Optou-se pelas entrevistas semi-estruturadas, pois, segundo Negrine (1999), possibilita um roteiro para um diálogo previamente definido pelo pesquisador, permitindo que se realize ao mesmo tempo explorações não previstas, oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos relevantes sobre o que pensa.

Foram elaborados três roteiros de entrevista semi-estruturada: um para os professores, um para os alunos e outro para o diretor da escola. Este procedimento resultou no primeiro nível de validação dos dados.

## **Observação**

Para Taylor E Bogdan (1996), o objetivo da observação é recolher dados sistematicamente, através de um contato direto em contextos e situações específicas. Trata-se de articular as apreensões intersubjetivas com os dados objetivos. A confrontação de diversas fontes permite conhecer situações particulares, tendo em conta toda a sua complexidade.

Negrine (1989), relata que a relevância da observação diz respeito à profundidade da mesma, ou seja, esta deve ser contínua e sistemática e abandonada quando o pesquisador estiver convencido de que já possui elementos suficientes para proceder a análise e interpretação.

## **Análise de documentos**

Os documentos oficiais formais deixam transparecer ou informam sobre diversas questões como a organização, diferentes papéis assumidos internamente, regulamentos e compromissos, plano de ensino da Educação Física, entre outros.

Todos estes documentos, juntamente com os outros de observação participativa, entrevistas, diário, notas de campo, fazem parte da grande estrutura para uma investigação qualitativa.

## **Diário do investigador**

Os diários de investigação, para Rincón (1994), são documentos de técnica indireta de coleta de dados, onde se registram os pensamentos, estado de ânimo, sensações e reflexões pessoais.

Woods (1995), Maycut & Morehouse (1999), sugerem que sua redação inclua observações, sensações, reações, interpretações, reflexões, suposições, hipóteses e explicações, assim como piadas e transcrições integrais de conversações. Todas estas situações servirão para depois reconstruir a situação tal e qual era no momento.

Dentro do diário, também escrevia-se as notas de campo. Para Woods (1995), notas de campo são anotações realizadas durante o dia para refrescar a memória acerca do que se viu e se deseja registrar e notas mais extensas, escritas posteriormente, quando se dispõe de mais tempo.

## **Análise e tratamento das informações**

A análise e a interpretação dos dados coletados foram processadas através de



várias leituras das transcrições das entrevistas, notas de campo e das observações registradas, até se familiarizar com as informações, na intenção de buscar temas emergentes.

O trabalho metodológico de análise e interpretação estruturou-se em três níveis.

No primeiro nível de análise, estruturou-se todas unidades de significado a partir da leitura atenta do material coletado, onde se identificou temas e significados sobre o que diziam os participantes da investigação.

Identificou-se 595 unidades de significado que, posteriormente, foram agrupadas em pequenos conjuntos de unidades de significados mais abrangentes, resultando em 5 categorias de análise (conhecidas por Woods, 1955, como padrões classificatórios), sendo, portanto, descritivas, amplas e gerais.

O segundo nível de análise resultou na aproximação de categorias, conforme o conteúdo das mesmas. Como havia unidades de significado que se sobrepunham e que cabiam em mais de uma categoria, do agrupamento das categorias, chegou-se a 5 grandes categorias e 19 subcategorias, que foram: Categoria Contexto (contexto escolar, condições de trabalho, experiência extracurricular, relacionamento, família); Categoria Projeto pedagógico (política administrativa, plano global de Educação Física); Categoria Educação Física (formação inicial e permanente, motivação/incentivo, crise na Educação Física, Educação Física ensino fundamental, Educação Física ensino médio); Categoria Dispensa Educação Física (atestado médico, atestado trabalho, atestado residência, motivos ocultos); Categoria Alternativas/Sugestões (opinião professor, opinião aluno, opinião diretor).

O terceiro nível de análise leva à interpretação das entrevistas dos professores, alunos e diretor, o diário de campo, as observações, tratando de relativizar os descobrimentos, compreendendo os dados no contexto em que foram coletados, resultando nas conclusões do trabalho. Para tanto, realizou-se, na investigação, a triangulação, utilizando essencialmente referências bibliográficas, fragmentos de entrevistas, partes de documentos e considerações pessoais para construir este nível de análise.

Neste artigo, se deterá especificamente à categoria que diz respeito à Educação Física.

## **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Recorreu-se ao cruzamento dos dados, o que trouxe para a análise contribuições importantes. Neste sentido, pode-se experimentar a riqueza da triangulação por meio da variedade de informações coletadas, bem como da teoria.

O assunto "dispensa das aulas de Educação Física", leva a algumas interrogações. Em que grau e quantidade pode ser tolerada a dispensa do aluno no sistema escolar? Será que não existe possibilidade de atendê-lo na Educação Física? No entanto, a pergunta que realmente cabe fazer é, quem é o(s) responsável(s) pelas conseqüências da dispensa? O amparo das dispensas, em suas diversas formas, provoca discriminação e, contrapõe-

se à concepção de escola democrática, provocando o afastamento de uma grande parcela de alunos da disciplina que tem direito. Concorde-se com Santin (1987 p. 46), quando diz que "é importante observar que todos os alunos dispensados são capazes de movimentos e de exercícios físicos, por isto poderiam fazer Educação Física. Ficam excluídos porque a Educação Física já definiu o seu conjunto de exercícios [...] praticamente, não atribui nenhum valor ao aspecto teórico". Também falando em outro sentido, os "desfavorecidos" sofrem as conseqüências de uma cadeia de exclusão, onde está inserida a injustiça econômica, social e política, somando-se a falta de proteção jurídica no que se refere ao adolescente que trabalha.

### **Atestado de trabalho**

Para melhor situar o leitor, recorreu-se a legislação que trata dos pedidos de dispensa, realizando uma breve exposição. A primeira menção às dispensas por trabalho, apareceu com o Decreto 69.450/71 em seu Art. 6º; com o passar dos anos, apesar de terem surgido inúmeras leis, artigos, pareceres, poucas alterações foram feitas, mas em termos de legislação, somente em 1988 é que a Lei Federal 2692 permitiu ao estudante trabalhador o direito à dispensa das aulas de Educação Física, a qual persiste até hoje na legislação vigente.

No entanto, acredita-se que isto só veio colaborar para o esvaziamento das aulas do componente curricular, visto que há dificuldade de controle mais sério e eficaz, por parte das escolas, sobre a veracidade das declarações de trabalho apresentadas, pois estas podem ser comprovadas mediante documentos públicos ou particulares, testemunhas, presunção e exames ou vistorias, segundo o Parecer nº 1.234/94, Art. 136 do código civil, não sendo necessário a apresentação da carteira de trabalho. A situação real é que há uma percentagem muito alta de alunos que arrumam atestados falsos para se desobrigar da freqüência às aulas de Educação Física, e isso pode ser observado através de alguns depoimentos dos alunos, como segue.

*"bem dizer o único trabalho que eu faço é cuidar da minha casa porque os meus pais trabalham fora e eu moro longe..." (Ea, 19 - Adriana).*

*" não faço porque eu trabalho, bá é muita coisa também que eu tenho para fazer." (Ea, 16 - Rodrigo).*

*"a aluna pediu-me para que não contasse que seu atestado era frito". (D.C. 13/09)*



*"tem que ter alguma formação e mesmo formado, hoje em dia não é fácil o trabalho, então eles geralmente visam trabalho" (Ep. 7 - Cirilo).*

Cada vez mais o adolescente está buscando trabalho e oportunidades de compromisso fora da escola. Pesquisa recente, realizada pelo DIEESE e divulgada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), revela que o Brasil está entre os países com alto índice de trabalho adolescente. Hoje, em toda parte, o crescimento do setor de serviços, dos empregos de meio expediente e de relações de trabalho precarizadas ou de mão de obra flexível, facilita a entrada dos adolescentes no mercado de trabalho ([www.dieese.org.br/esp/especial.html](http://www.dieese.org.br/esp/especial.html)).

Neste sentido, acredita-se que a dispensa por trabalho exista pela condição de a Educação Física ser ofertada fora do período dos demais componentes curriculares. O trabalho dos alunos entrevistados não se distingue de qualquer trabalho de adultos, acrescenta nada ou muito pouco à educação profissional, além de ocupar o tempo que deveria ser dedicado aos estudos, lazer, recreação, jogos, considerados hoje como fundamentais para melhoria da qualidade de vida do profissional adulto.

É difícil falar com tranquilidade sobre a questão do trabalho do adolescente, porque o estatuto que proíbe o trabalho antes dos catorze anos, antecede as leis do trabalho, ou, em outras palavras, a legislação trabalhista não se aplica a menores de 14 anos, por não lhes ser permitido exercer qualquer tipo de trabalho.

Esta questão passa despercebida dos empregadores, dos pais e da escola, e a mesma tem contribuído para aumentar ou proliferar como motivo, o afastamento desses jovens da Educação Física escolar.

### **Atestado médico**

Em relação ao atestado médico, desde 1882, há menções nos pareceres de Rui Barbosa sobre a dispensa das aulas de Educação Física, desde que fossem declarados incapazes, através de inspeção médica. Nesta época, havia mais rigor na concessão das dispensas médicas e mesmo que o aluno fosse dispensado, era somente da prática e não da frequência.

Somente em 1969, com o Decreto-lei 1044 é que os alunos dispensados deixaram de ser obrigados a frequentar as aulas. Primeiramente, o exame médico tornou-se imposição pela Lei Federal nº 69.450/71 Art. 12, tendo mais tarde, a revogação da obrigatoriedade, homologada pelo Decreto Federal nº 888/93, resolução nº 40, o qual dispõe sobre alternativas em substituição ao exame médico, por suspeita quanto a sua eficácia, alegando que problemas eventualmente diagnosticados não costumam representar impedimento à

prática de atividade física, se esta for vista como uma atividade lúdica, buscando a socialização e o espírito comunitário; oportunizando o lazer e permitindo o desenvolvimento neuropsicomotor e a criatividade do aluno; desvinculando-se da conotação competitiva, que exige esforços extenuantes e que podem lesar a saúde do escolar e, ainda, segundo Lima & Turinni (1986), as patologias que causam morte súbita e/ou síncope são indetectáveis ao exame físico comum e, portanto não seriam diagnosticadas por esta inspeção e, somando-se a isto, o fato de estarem estas causas, também relacionadas a exercícios extenuantes, que não são o objetivo da Educação Física na escola.

Com isso, o conselho Estadual de Educação, através do Parecer 432/94, se manifesta orientando as escolas a se adaptarem a nova norma vigente, onde o exame médico passa a não ser mais obrigatório. Paralelamente à Lei nº 10.725/96, cria-se o Sistema Estadual de Desporto, colocando novamente a avaliação médica anual para atestar a capacidade para realizar exercícios físicos.

No que se refere aos alunos com dispensa médica, a escola é obrigada a oferecer "atividades compensatórias", desde que tenha condições para tanto. Assim, se a lei não exige no plano formal essa compensação, não significa que a escola, ao estruturar seu currículo, preveja atividades destinadas a contemplar os objetivos formativos específicos desse componente curricular. Do ponto de vista pedagógico, porém, é conveniente que a escola, tendo condições para tanto, inclua em seus planos de trabalho atividades tais que contemplem os objetivos formativos específicos da Educação Física.

Com o avanço da medicina, muitas doenças que há 20 anos atrás eram consideradas graves, hoje já não o são mais. Sabe-se também que, com as pesquisas científicas e os avanços da tecnologia, hoje se recomenda que pessoas com determinadas deficiências fisiológicas tenham acesso à prática de exercícios físicos, como forma terapêutica. Acredita-se que, se o enfoque dado à Educação Física cumprir com sua finalidade, as dispensas médicas não mais terão sentido e deixará de existir a discriminação para com esses alunos.

*"o atestado médico me deixou livre da educação física o ano inteiro, mas eu continuava praticando esporte fora da escola." (Ea. 19 - Adriana)*

*"eu tinha atestado médico porque eu não era muito a fim e também o prof. chegava com uma bola e vamos jogar, ficava um período inteiro jogando e eu já estava cheia daquilo..." (Ea. 9 - Rovandra),*

*"acho que os médicos também não poderiam dar atestado, no sentido de que as pessoas não possam praticar...é que os exames médicos não são realizados e é essa chuva de atestados frios e o*

*que a gente vai fazer, contestar o médico, não, então tem que aceitar."*(Ep. 7 - Cirilo)

*"eu tirei atestado médico, porque eu moro longe" (Ea. 11 - Julia).*

### **Atestado aluno federado**

Em 1978, a Resolução SE nº 36/78, no seu parágrafo único e, em seus Art. 1º, 2º e 3º diz que poderá ser dispensado das aulas de Educação Física, alunos atletas de competições oficiais, obtendo como parecer, que cabe à escola decidir se há ou não analogia entre o trabalho de Educação Física realizado pela escola, com o de outras instituições esportivas.

No entanto, sabe-se que a Educação Física escolar tem finalidade e objetivos diferentes da atividade desportiva de competição, portanto acredita-se que se deva descartar a hipótese de dispensar alunos da prática de Educação Física escolar em razão dessa atividade, visto que há razões pedagógicas e fundamento legal. Neste sentido, a legislação ampara o aluno atleta, considerando como de efetiva presença sua participação em competições esportivas oficiais, de âmbito estadual e nacional, para as quais está regularmente convocado pela entidade de administração da respectiva modalidade.

*"alunos federados são dispensados, eles trazem a avaliação de seus professores treinadores e a gente aceita aquilo como se fosse uma coisa natural, porque ele está fazendo aquilo que ele gosta."* (Ep. 7 - Cirilo).

*"era bem puxado a gente treinava bastante, mas depois que eu sai do time e voltei para a Educação Física normal, era mais brincadeira, é uma coisa mais divertida, faz o exercício mas não tem compromisso" ( Ea. 10 - Ana).*

*"eu não faço Educação Física porque sou federado, eu participo de uma equipe de natação e aí fica difícil para eu vir aqui, eu moro em Camobi e a equipe é de lá.." (Ea. 34 - Eder).*

Cabe aqui também registrar a questão das turmas de treinamento, onde o aluno mais habilidoso em determinado esporte, é dispensado das aulas normais e fica o ano todo e, as vezes, até concluir o ensino médio, aprendendo, praticando e se especializando apenas em um esporte, para a equipe representativa da escola. Sabe-se que sua

aprendizagem em relação aos outros conteúdos, fica comprometida. A Resolução SE nº 11 de 18 de janeiro de 1980, no seu Art. 10º - §3º prevê que os alunos que integram as turmas de treinamento desportivo ficarão obrigados à frequência regular nas aulas normais.

Na escola investigada, observou-se que o professor e a escola descumprem a lei vigente, dispensando os alunos participantes de equipe de frequentar as aulas normais, impedindo que lhe fosse dada a oportunidade de conhecer, aprender e participar de todas as outras atividades pertencentes ao programa da disciplina. Neste sentido, as turmas de treinamento têm servido para reforçar o caráter exclusivamente prático das aulas, uma vez que os alunos que dele participam, limitam-se a repetir gestos técnicos e táticos durante o treino.

O que se quer ressaltar, é que os alunos e professores que participam de turmas de treinamento são privilegiados em relação aos alunos das turmas normais, estes deveriam ter as mesmas condições que os outros, que são minoria, com professor especializado, atualizado e motivado, equipamentos e materiais condizentes com a atividade, bem como locais de prática que assegurem a participação contínua. Acredita-se que se houvesse um planejamento coletivo e vontade política da comunidade escolar, a escola em questão, teria condições de melhorar a qualidade do ensino da Educação Física.

### Os motivos ocultos

Sabe-se que, além dos motivos amparados pela legislação em vigor, existem muitos outros que não se enquadram em nenhum dos casos legais e têm sido tratados das mais diferentes formas dentro da escola pública; alguns forçados por um atestado médico ou por um atestado de trabalho; outros como concessão da escola, como o caso de quem mora longe. Convém salientar que, ao mesmo tempo em que esses motivos são englobados na categoria social, fazem parte também da categoria pedagógica, uma vez que, se a disciplina fosse incluída junto ao turno das demais disciplinas do currículo e também fossem mais atraentes, o aluno a frequentaria.

Constatou-se através das entrevistas, que muitos alunos não participam das aulas de Educação Física, porque fazem cursinho pré-vestibular, trabalham em casa tomando conta dos afazeres domésticos, trabalham menos de 6 horas, ou ainda buscam oportunidades de ingresso no mercado de trabalho em curto prazo, investindo em cursos de computação, línguas, entre outros. Têm-se ainda, grupos de alunos privilegiados que estão dispensados, porque optam em fazer outro tipo de atividade física em separado do resto da escola; fazem em instituições fortificadas porque contestam o ensino ritualizado da escola.

*"atestado de residência é uma concessão da escola" (Ep.1 - Edson).*

*"por causa do cursinho, não dava tempo." (Ea. 10 - Ana).*

*"estou me dedicando mais para os estudos do que ir para a Educação Física"(Ea. 22 - Carla).*

*"eu fazia dança aqui no colégio, daí a gente era dispensada por causa que gente sempre tinha ensaio" (Ea. 24 - Fabricia).*

*"eu faço ginástica rítmica..., para mim não é obrigatório" (Ea. 33 - Isabel).*

*"a falta de objetivos mais concretos dentro da escola, é o que afasta o aluno." (Ep.8 - Robson).*

Os procedimentos didático-metodológicos do professor também influenciam sobre a qualidade das aulas e, conseqüentemente, sobre a motivação do aluno. O professor que leva a sério o que faz, que alia à sua competência técnica, o compromisso de ensinar; que parte da experiência dos alunos; que permite o diálogo, que desperta a criatividade e conduz os alunos à reflexão, certamente não terá alunos desinteressados, preguiçosos ou desanimados. Mesmo porque, o professor leva grande vantagem sobre os demais componentes curriculares, pois a Educação Física, por si só é uma prática motivadora.

### **Sugestões dos atores para a Educação Física escolar**

Traz-se aqui depoimentos de alunos, professores e diretor, sobre suas expectativas quanto ao ensino da Educação Física escolar e algumas sugestões por eles levantadas como possibilidade de melhorar a qualidade das aulas. Se acreditarmos que cada sujeito da escola é capaz de criar, de propor, de (re)construir, a cada dia a escola, é por aí um bom caminho.

Assim os depoimentos dos atores nos apontam pistas, alternativas e sugestões em relação ao que vem sendo feito na escola, bem como, visualizam outras formas.

*"eu acho que o professor tem que se atualizar mais..."(Ea. 19 - Adriana).*

*"eu acho que os professores tinham que evoluir com a gente mesmo, com a nossa opinião... eu acho que tinha que mudar, tinha que vir gente nova da universidade." (Ea. 24 - Fabricia).*

*"mudar em 1º lugar a responsabilidade dos professores em darem aula mesmo, procurarem trazer coisas novas para os alunos." (Ea. 8 - Carin).*

*"ah, tem que ver o que o aluno quer ... fazer um pouco de todos esportes... idéias novas para motivar mais pessoal, mais material, dar uma educação física melhor... fazer uma sociedade com uma academia, com uma empresa." (Ea. 6 - Junior).*

*"dividir as aulas de educação física porque nos dias de chuva e frio não tem porque não é em ginásio, é ao ar livre, então seria aproveitável naquele período de mais frio, fazer aulas mais teóricas do que práticas..." (Ea. 19 - Adriana).*

Sem dúvida, após estes depoimentos é impossível levantar a tese de que os alunos, no geral, não se interessam ou estão desligados do mundo. É um reducionismo que só serve para não nos responsabilizarmos e não nos comprometermos com uma educação renovada e instigadora.

As falas dos alunos, por vezes, não só analisam criticamente determinada situação, forma de trabalho ou dificuldade do professor, como também apontam para uma nova forma, uma outra possibilidade. Nos seus relatos, revelam um pouco das suas expectativas e desejos em relação a esta disciplina.

Vê-se nos depoimentos, não apenas uma "revolta" do aluno ou sua falta de vontade, como pode parecer num primeiro momento, mas, situações limite. Ou se refaz a prática docente ou este aluno se desinteressará por completo pelo estudo desta disciplina. O desânimo dele já é uma forma de resistência à "chatices" das aulas.

Para que esses depoimentos sirvam como ponto de partida para tornar a Educação Física inclusiva faz-se necessária uma gestão escolar e uma postura profissional que dê espaço para o diálogo, e que os educadores saibam interpretar e refletir sobre o cotidiano escolar, compreender o que a prática pedagógica tem a dizer.

Para solução de como descobrir e ou construir um caminho diferente, sabe-se que não existe receita, é preciso que a escola descubra como resolver e administrar determinadas situações, no caso, a dispensa. Torna-se necessário oportunizar a participação de todos os envolvidos na escola, trazendo à tona questões comuns, singulares, o que cada um pensa, como cada um vê esta questão, que alternativa sugere.



### **Sobre a dispensa, possíveis interpretações...**

No compromisso de anunciar evidências encontradas neste estudo, se faz necessário trazer algumas reflexões. Acredita-se que um dos reflexos da dispensa se dá em função da programação das atividades, onde é privilegiado apenas o esporte durante todos os bimestres, isto é, sempre o mesmo conteúdo em várias séries, a mesma aula, durante vários anos.

Se os planos existem para tornar mais eficiente e mais eficaz a ação dos professores, porque não o fazer de forma seriada, se não existir um plano legítimo, claro e coerente como será feita a avaliação? Certamente a avaliação vai pecar, como já está acontecendo, não apresentando critérios claros e feita predominantemente por padrões de desempenho. É apenas cumprimento de tarefa e esforço.

Pelo que se pode perceber durante a pesquisa de campo, é que apesar de existir uma situação de insatisfação, queixas, denúncias, nenhum tipo de orientação ou estímulo é oferecido pela escola ao aluno dispensado. Nenhuma medida concreta foi tomada neste sentido, muito pelo contrário, há falta de diálogo e quase que um descaso para com este problema.

Deste modo, ao elaborar nova proposta curricular, que seja considerada esta circunstância, porque a ausência desta disciplina acarreta lacunas na formação do aluno, pois este perde uma excelente oportunidade de desenvolvimento em todos seus aspectos.

Em relação ao crescimento do número de dispensas das aulas de Educação Física, ficou entendido que é devido a pressão familiar que exige sua atuação nas frentes de trabalho, acredito que esta seja uma evidência de relevância, pois as mudanças na economia produzem consequências que se inscrevem na conjuntura social e, especificamente a instituição família que é responsável pelas condições mínimas de sobrevivência, mas que nem sempre consegue dar conta desta responsabilidade, se fazendo necessário então, muitas vezes, os filhos (alunos) terem que trabalhar para complementar o orçamento familiar.

Outra evidência que diz respeito a essa problemática, é o horário da disciplina ser colocado fora do período normal, e o concorrido mercado de trabalho que exige cada vez mais preparo e qualificação, e que acaba retirando o aluno das aulas de Educação Física, seja para fazer curso de computação, línguas, pré-vestibular, visando adquirir conhecimentos que além de facilitarem o ingresso no mercado de trabalho, lhes darão maiores conhecimentos na época do vestibular, para conseguir a tão almejada vaga no ensino superior.

Acredita-se que o fato desta escola não apresentar condições de trabalho adequado para o ensino da Educação Física não seja unicamente problema desta, mas sim um problema de ordem geral de todas escolas, especialmente as públicas, onde não há incentivo para a atualização de seus profissionais e conseqüentemente luta por um

espaço de trabalho mais digno.

Esta problemática é muito mais ampla, no entanto, nos compete a preocupação e luta por essas questões básicas que serão fundamentais para definições que envolvem políticas educacionais futuras mais consistentes que possam vir a contribuir na reversão do quadro atual, pois acredito que este também seja um dos fatores para o pedido de dispensa das aulas de Educação Física.

Por todas evidências apresentados, hoje é fundamental repensar o sentido e a forma de dispensa das aulas de Educação Física na escola, considerando a ordem legal que a orienta e a ação da escola em relação a esta questão.

A Educação Física ofertada na escola pública em questão vive um processo de desmobilização dos professores, bem como o esvaziamento dos alunos das aulas. Compreender este processo em seu caráter global e revertê-lo exige uma interpretação e análise deste tema.

A questão que se impõe, é a de saber a quem cabe a responsabilidade da dispensa: à escola, pela sua tolerância da aceitação de uma ação excludente; ao professor, pela sua conivência; ao aluno, pelo seu desinteresse; à família pelo incentivo ou sociedade que legitima com isso, o sistema da dispensa?

Nesta perspectiva, acredita-se que é uma responsabilidade da própria comunidade escolar se mobilizar para enfrentar esse impasse. Olhando mais de perto esse fenômeno, evidencia-se que o sistema escolar não possui nenhum estudo mais aprofundado e pelo que se pôde perceber, nem os próprios professores se dispõem a conhecer mais detalhadamente esta situação, para uma possível intervenção, apresentando à escola não como mais um problema à espera de solução, visto que é tratado no senso comum.

Olhando genérica e superficialmente o fenômeno da dispensa, e ainda, baseando-se nos dados levantados, acredita-se que seja obra do sistema escolar, cabendo à escola, ao aluno e ao professor, pela sua tolerância e seu desinteresse a responsabilidade desta situação. No entanto, se olharmos de forma mais ampla, a Constituição Federal, a Organização Internacional do Trabalho, a Lei de Diretrizes e Bases, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Legislação sobre a natureza pedagógica da escola, a Legislação que rege a Educação Física e o Manifesto Mundial da Educação Física (2000), elaborado pela Federação Internacional da Educação Física, estabelecem a importância e o direito da Educação Física componente prioritário da educação e das responsabilidades das autoridades governamentais diante desta formação. Contudo, o que se percebe é que a tendência geral é a de atribuir todas as responsabilidades à escola, enquanto um espaço de socialização e produção do saber, e ocultar o papel das instituições que regem o país e que mantêm a escola.

Portanto, é conveniente que as considerações a respeito desta problemática girem em torno de uma esfera mais ampla, enfrentando o problema da dispensa, assumindo

o compromisso com a oportunidade e o direito a todos os alunos, mesmo existindo o amparo legal, não será tolerado e eliminado o direito à participação. Esta é uma tarefa que cabe a todos, e a todas instituições, devendo se traduzir em práticas concretas, a qual se passará a descrever.

Sociedade em geral - tomar consciência sobre as implicações da não-participação destes alunos e desenvolver uma visão crítica frente à cultura da dispensa (médicos, empresários, sindicatos, Ministério do Trabalho, dentre outros), gerando uma visão de compromisso e de futuro mais esperançoso, em relação à valorização da educação dos jovens, chamando todos para o debate.

Governantes/Dirigentes - garantir uma política educacional que atenda efetivamente aos interesses dos estudantes, que são normalmente, de classes populares os que se utilizam da dispensa; propiciar a urgente luta contínua da recuperação do salário dos profissionais da educação, bem como sensibilizar, organizar e orientar, garantindo com qualidade, instrumentos adequados e espaços a formação contínua destes.

Sistemas de ensino - rever o processo de formação de professores, pois constatou-se na escola investigada, que a maioria dos professores estão em final de carreira, e o restante com mais de vinte anos de formados, articulando teoria, práticas e níveis de consciência numa autêntica práxis. Ter coragem de subverter a lógica do atual vestibular, do mercado de trabalho e, ainda, a substituição da Educação Física escolar por atividades de academias ou clubes. Acredita-se que as escolas deverão levar a sério e fazer o que de fato lhes compete e que deveria ser feito para a formação dos educandos.

Escola - construir coletivamente seu projeto educativo, posicionando-se claramente frente a essa cultura de exclusão na Educação Física; conquistar autonomia; construir canais de participação; estruturar-se para produzir aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos.

Pais - valorizar o estudo, a escola, o professor e valorizar e incentivar a cultura corporal do movimento na sua forma mais ampla e, ao mesmo tempo, entendê-la como um meio de educação e não somente de forma lúdica.

Alunos - assumir o papel ativo na construção de seus destinos; fazer do conhecimento da Educação Física, uma forma de compreender melhor o mundo; ter um entendimento de que as aulas não são apenas para praticar um esporte, mas para entender o porque de estar fazendo isso, qual seu significado; usufruir a cultura do movimento e se comprometer com a sua mudança, e não apenas "ajeitar" uma forma de se desobrigar desta; desenvolver uma cultura de solidariedade nas aulas, junto ao professor e colegas que apresentam dificuldades tanto para estar presente, quanto para praticar.

Professor - entende-se que o professor tem um papel fundamental na reversão deste processo, pois além de estar no foco do problema, ele detém uma grande oportunidade para conscientizar os alunos e tem um espaço de autonomia relativa, que permite ensaiar

movimentos de mudança e transformação. Aqui se vêem dois grandes desafios.

É importante que esta tomada de consciência seja refletida à escola, bem como a todos, com a preocupação de "preparar o aluno para a vida", e tomada de posição de todos, favorecendo as condições para a efetiva aprendizagem dos alunos. Portanto, é fundamental entender e atender as suas dificuldades e limitações.

Numa análise mais profunda do sistema educacional, pode-se dizer que a não-participação do aluno nas aulas de Educação Física é uma forma de exclusão, sendo que a dispensa, é uma das faces. Portanto, entende-se que a verdadeira luta que se deve travar é a de combater a exclusão deste. É claro que com isto, por via de conseqüências, estaremos também combatendo-a. É necessário aperfeiçoar as leis que estabelecem a dispensa para equacionar o problema ou implantar um sistema eficaz para coibir o uso inadequado da mesma.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ANGULO Rasco, J. F. **Objetividad y Valoración en la Investigación Educativa: hacia una orientación emancipadora**. Educación y sociedad. 10. 91-129, 1992.
- ARNAL, Justo; DEL RINCÓN, Delio Y LATORRE, Antonio. **Investigación Educativa, Fundamentos Y Metodología**. Ed. Labor S/A 1ª ed. Barcelona, 1994.
- BETTI, Mauro. Perspectivas para a Educação Física escolar. **In: Revista Paulista de Educação Física**. V.5, n.1/2, 70-75, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Educação Física e Sociedade**. Ed. Movimento, São Paulo, SP, 1991.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e Educação Física**. Campinas, SP: Editora Autores Associados; Coleção polêmicas do nosso tempo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP, Editora Papirus, 1988.
- CAUDURO, M. T. **Educación Física: Movimiento Y Compromiso Social**. Barcelona, Tese de Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação -División de Ciencias de la Eucación, Universidad de Barcelona, 1998.
- DAÓLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Editora Papirus, Campinas, SP, 1995.
- DARIDO, Suraya C.; GALVÃO Zenaide; FERREIRA, Lílian A.; FIORIN, Giovanna. Educação Física no Ensino Médio: Reflexões e Ações. **In: Revista Motriz**, vol. 5, nº 2. Dezembro, 138-145, 1999.
- DIEESE. **O trabalho tolerado de crianças até catorze anos**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.Br/esp/especial.html>>. Acesso em 02 fev. 2001.
- FREIRE DA SILVA, J. B. **Educação de corpo inteiro**. Editora Scipione, 1989.
- GALVÃO, Z. **Educação Física escolar. Razões das dispensas e visão dos alunos por ela contemplados**. Monografia de Especialização, UNICAMP, Campinas, SP, 1993.

- JONES, Vânia B. **Representação do Sentido da Educação Física em escolares de 2º grau**. Dissertação de Mestrado, UGF, 1991.
- LACKS, Solange. **Educação física Escolar: Um Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado, Santa Maria, RS, 1993.
- LIMA, G. Z. e TURINI, B. **Cadernos Cedes**, v. 15, D. 62-70, 1986.
- MEDINA, João P. S. **A Educação Física cuida do corpo e "mente"**. Campinas, SP. Editora Papirus, 1986.
- MINAYO, Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª ed. HUCITEC-ABRASCO, São Paulo, 1996.
- MOLINA, Rosane M. K. **O enfoque teórico metodológico qualitativo e o estudo de caso: uma reflexão introdutória**. In: A pesquisa qualitativa na Educação Física - Alternativas metodológicas. Orgs. MOLINA NETO, Vicente e TRIVINOS, A. N. S. Porto Alegre, RS. Ed. Universidade/ UFRGS/Sulina. 1999.
- MOREIRA, Wagner Wey. A Educação Física na escola de 1º grau: 1ª à 4ª séries. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2(2), 75-79, 1986.
- NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, V. & TRIVINOS, A. N. S. **A pesquisa qualitativa na Educação Física: Alternativas metodológicas**. Ed. Sulina. Porto Alegre, RS. 1999.
- OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. A formação universitária em Educação Física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 16(3):209-212, maio/95.
- PEREZ SERRANO, Glória. **Investigación Qualitativa. Retos e Interrogantes**. Madri, La Muralla S/A, 1994.
- RAMOS, Miriam Pascoal. **Educação Física Escolar: O lado oculto das ausências às aulas**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1992.
- RESENDE, Hélder. Os descaminhos da Educação Física escolar. In: **Revista Sprint**, 3(2), 70-72, 1985.
- RINCÓN, D. **Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales**. Madrid: Dykinson, 1995.
- SANTIN, Silvino. **Educação Física: Uma abordagem filosófica da corporeidade**. Editora Unijuí, Ijuí, RS, 1987.
- SOARES, Carmen Lúcia. Função da Educação Física escolar. In: **Revista Paulista de Educação Física**, v.5, n.1/2 p. 34-40, 1991.
- SOUZA & VAGO. **O ensino da Educação Física em face a nova LDB**. In: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - Educação Física frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.
- TAYLOR, S. J. & BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Ed. Paidós, Buenos Aires, 1996.
- VIEIRA, Péricles S. **A Questão da Prática e da Dispensa da Educação Física Escolar: Uma Contribuição ao Debate**. In: Educação para Crescer: Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino - Educação Física 1º e 2º graus. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação, 1995.
- WOODS, P. **La Escuela por dentro**. Ed. Paidós, Barcelona, 1995.

